



São Paulo, 03 de setembro de 2024
Pres. F000262

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rodrigo Otavio Soares Pacheco
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP vem, respeitosamente, alertar Vossa Excelência sobre os potenciais impactos adversos que alguns Projetos de Lei (PLs) e Medidas Provisórias (MPs) em tramitação no Senado Federal podem ocasionar sobre os custos de produção no setor industrial brasileiro, especialmente no que concerne ao aumento de custos de energia. Solicitamos a especial atenção dessa Presidência para a necessidade de revisão e eliminação de emendas que não se alinham aos objetos das referidas propostas legislativas, de modo a garantir a competitividade e a sustentabilidade do setor industrial.

Atualmente, estão em tramitação no Senado Federal propostas que podem acarretar significativo aumento de custos para a indústria. Destacamos, entre elas:

- PL 576/2021, o PL das Eólicas *Offshore*, cujas emendas incorporadas, alheias ao objeto original, podem gerar custo anual de R\$ 25 bilhões aos consumidores, conforme avaliação da consultoria PSR;
- MP 1232/2024, que altera o marco legal da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e impõe elevados custos para a reconstrução de térmicas no Amazonas;
- PL 528/2020, o chamado PL do Combustível do Futuro, que recebeu emenda que estabelece a compra compulsória de biometano com impacto estimado pelo Fórum do Gás em R\$ 680 milhões anuais; e
- PL 182/2024, PL dos Créditos de Carbono, cujas modificações do texto inicial podem criar custos extraordinários ao setor de energia e às indústrias, comprometendo a competitividade do país no cenário internacional.



Ressaltamos que as boas práticas internacionais para a definição de políticas públicas, com as recomendadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Banco Mundial, estabelecem que decisões sobre a criação de subsídios ou a implementação de novas obrigações sejam baseadas em critérios técnicos rigorosos, embasadas em dados e Análises de Custo-Benefício de médio e longo prazos. Políticas públicas eficazes devem priorizar o interesse coletivo, com mecanismos claros de transparência, *accountability* e revisões periódicas que garantam que o bem-estar social seja efetivamente alcançado, afastando os riscos e situações de *rent-seeking*.

Diante do exposto, reforçamos nosso pedido para que Vossa Excelência exerça seu papel de liderança no Senado Federal, promovendo a necessária revisão das emendas e das propostas legislativas que possam onerar ainda mais o setor industrial, especialmente no que tange aos custos de energia. Lembramos, ainda, que está em curso pelo Ministério de Minas e Energia um processo de modernização do setor elétrico, no qual essas mudanças podem comprometer a transição para o novo modelo, por isso, o ideal seria a suspensão temporária da tramitação desses PLs. Contamos com a sensibilidade dessa Casa para assegurar que as decisões tomadas estejam em consonância com o interesse público e a sustentabilidade econômica do Brasil.

Certo de poder contar com o acolhimento desta solicitação, aproveito a oportunidade para renovar-lhe meus votos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,



Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente